

Uma Escalada Para o Nada

Celso Bissoli Sessa

Diogo Franco Magalhães

Brasília - O dinheiro é curto, mas não para a educação. Apesar de se considerarem pobres ou de classe média baixa, os professores brasileiros preferem sacrificar parte da sua renda familiar e colocar seus filhos em escolas particulares. A pesquisa "O Perfil dos Professores Brasileiros", preparada pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e divulgada hoje, mostra que 54% dos 5 mil docentes entrevistados escolheram pagar pela educação dos filhos.

Uma decisão que, mesmo quando a escola não está entre as mais caras, pode comprometer boa parte da renda familiar. A maioria dos 5 mil professores entrevistados (65,5%) tem renda de até 10 salários mínimos (R\$ 2,4 mil) e um terço ganha no máximo R\$ 1,2 mil. Na análise dos dados, os pesquisadores apontam essa tendência como um esforço dos professores em garantir a "mobilidade social" para seus filhos - um futuro melhor do que eles tiveram.

A maior parte dos professores entrevistados estudou em escolas públicas e hoje dá aulas no mesmo tipo de instituição. Apesar de ainda terem uma renda baixa, o estudo garantiu a essas pessoas uma vida melhor do que a de seus pais. A pesquisa mostra que 64,2% dos atuais professores têm pais que não conseguiram

completar o ensino fundamental. "Há uma aposta dos professores na educação de seus filhos como seus pais fizeram com eles. Esses professores são a prova de que o investimento na educação tem um altíssimo retorno. É nisso que eles estão apostando", analisou Jorge Werthein, representante da Unesco no Brasil.

Atualmente, a garantia de uma evolução social ainda maior está na escola privada, pois a qualidade das escolas públicas é reconhecidamente questionável. "Esses dados revelam a dramaticidade do que vem acontecendo no ensino público brasileiro. Mostra como os próprios professores estão vendo a educação no Brasil, buscando a escola privada apesar de terem uma renda relativamente baixa. Não pode ser fácil", disse o secretário-executivo do Ministério da Educação, Fernando Haddad.

No entanto, a pesquisa traz uma contradição: para os professores, a escola pública não é boa para educar seus filhos, mas é um bom local de trabalho. Apesar das queixas sobre salários e condições de trabalho, a maioria dos entrevistados disse que está satisfeita com a carreira. Mais do que isso, 50,2% dizem que querem continuar trabalhando na mesma função, na mesma escola. Um quarto dos entrevistados gostaria de continuar

trabalhando com educação, mas sem ser professor. Apenas 10,7% revelam desejo de trocar de área.

A pesquisa mostra, ainda, as dificuldades enfrentadas pelos professores para acompanhar o avanço da tecnologia e mesmo ter acesso a atividades culturais. Mais de 40% dos professores entrevistados foram no máximo uma vez a museus, 23,5% lê jornal apenas uma ou duas vezes por semana, 58,4% nunca usa a Internet e quase 60% não tem correio eletrônico. A maioria, 74,3%, tem a televisão como principal forma de lazer. "Essas deficiências que os professores identificam na sua própria formação e no acesso que têm a bens culturais e tecnologias pode ser, inclusive, uma das razões para que eles prefiram colocar seus filhos nas escolas privadas. Acreditam que nelas a formação dos professores e o acesso a esses bens será melhor", disse Jorge Werthein.

ESTADÃO. **Professores da rede pública querem filhos na particular.** Disponível em: <http://www.estadao.com.br/educando/noticias/2004/mai/24/197.htm>¹⁵. Acesso em: 20 ago. 2004.

Comentário¹⁶

Prenunciado. Esse é o adjetivo que melhor exprime a que ponto chegou a educação no Brasil. Porém, debater apenas as ações governamentais que levaram a esse enorme desgaste não é suficiente, conforme mostra a reportagem.

É conhecida a retração no total de recursos que são destinados pelo governo à educação e os diversos efeitos perversos que isso acarreta.

¹⁵ Devido ao tempo, o acesso ao link foi expirado.

¹⁶ O texto respeita o acordo ortográfico vigente no ano de 2004

Todavia, a reportagem demonstra um novo aspecto que deve ser considerado.

A educação pública, após anos de sucateamento, deixou de ser um referencial e, nas condições hoje apresentadas, de forma alguma poderia sê-lo para as classes médias. À exceção do Ensino Superior público, cujas bases têm sido sistematicamente minadas, as escolas de maior qualidade aparecem no âmbito privado. A discrepância existente entre o serviço público e o privado aumenta à medida que se privilegia uma ótica mercantil das necessidades básicas do homem — tais como o direito à alimentação, à assistência médica e à educação — que, conforme determina a Carta Magna de 1988, deveriam ser metas indiscutíveis e prioritárias.

Contudo, é importante assinalar que até mesmo os professores da rede pública, formados através das escolas estatais, não crêem na qualidade e continuidade do fornecimento desse serviço gratuitamente.

A intenção manifestada pelos professores da rede pública atesta uma importante vitória dessa perspectiva. Se os filhos do sistema de ensino público não se identificam com ele a ponto de não se manifestarem criticamente contra seu desmonte, tem-se um êxodo para a esfera privada.

Esse êxodo fortalece cada vez mais essa visão individualista da sociedade. A decisão de matricular os filhos em escolas particulares não se encerra em si mesma. Isso sinaliza a indisposição da população em geral, mas sobretudo da pequena burguesia — com acesso

à educação e à saúde —, para lutar por direitos universais.

Em outros termos, por que se preocupar com a educação gratuita e de qualidade, quando se pode pagar por bons serviços?

A própria lógica de funcionamento do sistema econômico não converge para que toda a sociedade e o ensino público universal e de qualidade convivam juntos, pois sua natureza excludente apregoa a necessidade de novos espaços de valorização, e a educação não é um caso a parte.

Dentro dessa lógica, as identidades de classe social perdem-se, pois se alimenta e se cria a ilusão de que a ascensão social depende apenas do desempenho individual. O proletário não se vê como tal, mas como um potencial candidato a pequeno burguês e, assim, para ele é totalmente inútil lutar por uma ótica mais cidadã e solidária. A obtenção do diploma — que agora é uma mercadoria, uma forma mais fácil de obter dinheiro — é o objetivo maior da educação.

Mais que isso, para aqueles que não possuem os meios de produção, ou seja, aqueles que deveriam enxergar na educação uma forma de conscientização, não faz diferença se o conhecimento tornou-se algo fútil, desprovido de reflexão e ideologia. O importante é a formação do “capital humano”.

A estrutura em que a sociedade está organizada assume, cada vez mais, uma conformação verticalizada, na qual a educação apresenta-se como um fetiche: os degraus para a ascensão social. Concomitantemente, a idéia de uma

sociedade horizontalizada, pautada em princípios solidários, é abandonada em vista de um ideário de estado mínimo.

A totalidade da realidade não é abarcada e os indivíduos agem como numa eterna luta pela sobrevivência, nada mais.